

			Área: 250186 mm2		Âmbito: Nacional	Tiragem: 133603
Título: Violação da propriedade intelectual leva empresas a saírem do país					Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 10.8
2008/05/10	JORNAL DE NOTÍCIAS - NEGÓCIOS	Pág.1	Imagem: 1/3		Periodicidade: Semanal	Inv.: 20900.00

Violação da propriedade intelectual leva empresas a saírem do país

Combate ao abuso de produtos registados permitiria ganho potencial de 290 milhões de euros

PÁGS 4 E 5



Título: Violação da propriedade intelectual leva empresas a saírem do país				Âmbito: Nacional	Tiragem: 133603
2008/05/10	JORNAL DE NOTÍCIAS - NEGÓCIOS	Pág.4	Imagem: 2/3	Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 10.8
				Periodicidade: Semanal	



Não se fala de crise na Finlândia, que apostou numa economia de conhecimento. Na propriedade intelectual não há subprime”.

Luís Valadares Tavares

OBS. DA PROSPECTIVA DA ENGENHARIA E TECNOLOGIA

Congresso reúne especialistas internacionais

O primeiro congresso de propriedade intelectual realiza-se na fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 14 e 15, reunindo especialistas internacionais em direitos de autor e em propriedade industrial

INOVAÇÃO

Propriedade in

Falta de protecção causa pirataria e fuga

CONGRESSO VAI DEBATER NOVA LEGISLAÇÃO DE COMBATE AO ABUSO DE PRODUTOS REGISTRADOS. GANHO POTENCIAL DE 290 MILHÕES COM REDUÇÃO DE PRÁTICAS ILÍCITAS

João Paulo Madeira

Na inovação empresarial, a expressão “O seu a seu dono” ainda está por aplicar. Em Portugal, a falta de protecção efectiva de patentes e marcas registadas é uma realidade que provoca perdas económicas. As empresas tecnológicas afastam-se do país, quando é necessário decidir o local de instalação, e a utilização ilícita de produtos registados vulgarizou-se, penalizando o crescimento económico e a obtenção de receitas fiscais. A nova legislação de propriedade intelectual, em vigor desde o mês passado, tenta contrariar este cenário, mas o caminho a percorrer “é longo”, adverte Luís Valadares Tavares, presidente do Observatório de Prospectiva da Engenharia e da Tecnologia (OPET), que na próxima semana organiza o I Congresso Nacional de Propriedade Intelectual, em parceria com a PLMJ.

“Há vários exemplos de empresas que não se instalam em Portugal devido à falta de protecção da propriedade intelectual. Neste domínio, o sistema português está em competição com os outros países. Os Estados Unidos, por exemplo, têm tido um acréscimo do registo de patentes, porque há mais protecção”, explica Valadares Tavares. Este professor do Instituto Superior Técnico dá como exemplo o seu próprio grupo de investigação, naquele estabele-

cimento de ensino, em que se optou por fazer o registo nos Estados Unidos, mesmo sendo mais caro. “Ou nos tornamos mais competitivos no domínio da propriedade intelectual ou as empresas vão continuar a preferir localizar-se na Irlanda ou noutros países em que sentem que o clima é mais favorável”, diz.

Valadares Tavares lembra que Portugal “está muito mal nos rankings de registo de patentes”. Admitindo que o processo de registo “dificulta”, aponta também para outras causas: a produtividade das verbas gastas em Investigação e Desenvolvimento baixa, no contexto europeu, e a generalização do desrespeito pela propriedade intelectual, que desincentiva o registo. De facto, a propriedade intelectual tem três vertentes – os direitos de autor, o registo de patentes e o registo de marcas – e em todos eles o traço comum é o desrespeito pelos direitos dos criadores. “Há um caminho longo a ser percorrido. Temos de deixar de fazer cópias e de fingir que é nosso o que não é”, diz, aludindo à pirataria de software e de música, outra questão que gera preocupação em Portugal, no campo da propriedade intelectual, e que será alvo de análise no congresso.

Um estudo recente encomendado pela Business Software Alliance, e desenvolvido pela consultora IDC, estima que a taxa de pirataria de software em Portugal seja de 43%. Ou seja, quatro em dez programas infor-



Ana Marques, Valadares Tavares, Miguel Carretas e Lopes Rocha, da organização do congresso

Patentes por milhão de habitantes



Título: Violação da propriedade intelectual leva empresas a saírem do país				Âmbito: Nacional	Tiragem: 133603
2008/05/10	JORNAL DE NOTÍCIAS - NEGÓCIOS	Pág.5	Imagem: 3/3	Temática: Gestão/Economia/Negócios	GRP: 10.8
				Periodicidade: Semanal	

43%

TAXA DE CÓPIAS

De acordo com um estudo realizado pela consultora IDC, quatro em cada dez programas informáticos instalados em computadores portugueses resultaram de cópias ilegais de software registado pelas marcas proprietárias.

Pirataria penaliza receitas fiscais

Ainda segundo a consultora IDC, o Estado poderia obter um acréscimo de 32 milhões de euros nas receitas fiscais, nos próximos quatro anos, se a taxa de pirataria fosse reduzida em dez pontos percentuais, para 33%.

Indústria musical com perdas

De acordo com a Audigest, a associação que gere direitos de autor na área musical, as vendas da indústria recuaram 52%, entre 2002 e 2007, como consequência das cópias ilícitas de CD e com downloads ilegais pela Internet.

telectual

de empresas do país

máticos são instalados pelos utilizadores (particulares e empresas) de forma ilícita, sob a forma de cópias ilegais. O estudo estima que, caso a taxa de pirataria baixasse 10 pontos percentuais, até 2011, para cerca de 33%, em torno da média da Europa ocidental, haveria um contributo acrescido de 290 milhões de euros no crescimento económico do país, via aumento das receitas do sector, em quatro anos, e um acréscimo de 32 milhões de euros nas receitas fiscais, no mesmo período. Seriam criados 400 postos de trabalho.

Num estudo anterior, a mesma consultora já havia apontado para uma perda de 90 milhões de euros na economia portuguesa, em 2006, com os 43% de pirataria informática. O estudo revelava não só que a taxa de pirataria informática em Portugal estava acima da média da Europa ocidental (34%) e

mundial (35%), como estava a aumentar desde 2003, em contraciclo com o comportamento da Europa.

O aumento da pirataria gera perdas na economia porque desincentiva o investimento. "Ninguém ache que os investidores vão passar anos em investigação sem terem certeza do resultado final e de que serão recompensados pelo trabalho", realça Ana Margarida Marques, responsável pela área de licenciamento da Adobe em Portugal e Espanha. "O maior activo das empresas de produtos de software é o direito de autor, é a criação intelectual, que tem de ser recompensada. Mas, em Portugal, há muita dificuldade de apreensão do valor das obras pelos utilizadores; é preciso mais sensibilização", diz.

Na música, o cenário é idêntico, com a massificação dos downloads e cópias ilegais. "Houve

uma inovação de canal que se impôs contra a própria vontade dos produtores. A indústria acordou tarde para esta questão", admite Miguel Carretas, director-geral da Audigest. O mercado de música caiu, entre 2002 e 2007, cerca de 52% e as vendas digitais registaram um ganho de apenas 2,7%. "A indústria não percebeu o fenómeno e deixou que o potencial do mercado digital fosse preenchido por um segmento ilegal". A solução, segundo o responsável, passa pela responsabilização partilhada de todos os envolvidos na pirataria, nomeadamente dos fornecedores de acesso à Internet. "Tem de haver uma desmistificação do que se chama partilha de ficheiros, porque não se trata de partilha. Se duas pessoas partilharem um pão, cada uma fica com metade. Com a pirataria da música, toda a gente fica com tudo, é uma multiplicação exponencial", sublinha.

Centro de arbitragem para conflitos de marcas

Consciente de que o registo de patentes "ainda tem espaço para crescer", o Governo prepara-se para agilizar o processo de registo, com um conjunto de medidas que verá a luz do dia em Outubro.

Paralelamente, o esforço de aplicação efectiva das leis que protegem a propriedade industrial também será reforçado, estando prevista, pelo Ministério da Justiça, a criação de um centro de arbitragem para resolver conflitos relacionados com marcas e patentes.

Em declarações ao "jornal de negócios", João Tiago Silveira, secretário de Estado da Justiça, que tutela o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI), sublinha que o principal objectivo do Executivo, em matéria de propriedade industrial, tem sido "a simplificação de processos e redução da carga burocrática, no sentido de reduzir custos de contexto e incentivar o registo de marcas e patentes".

Com a desmaterialização de processos já realizada, avanço o secretário de Estado, o número de registos tem vindo a aumentar. De acordo com João Tiago Silveira, de Janeiro a Abril deste ano, houve 1843 pedidos de marca feitas ao INPI, um crescimento de 92% face ao período homólogo. Já no ano passado, a tendência tinha sido de crescimento. Só no sistema nacional de registo de marcas (há duas outras vias, através de sistemas internacio-

nais) houve 16 288 marcas registadas, mais 26,2% que no ano anterior. A nível de patentes, o sistema de registo em Portugal também atingiu um crescimento de 72%, tendo sido registadas 171 patentes, a que se somam os registos feitos a nível internacional, pelo que o total estará entre 450 e 500, segundo o secretário de Estado.

João Tiago Silveira admite que "há margem para fazer crescer o número de patentes registadas". Para tal, será lançado, em Outubro, um novo pacote de simplificação administrativa. Entre as medidas previstas, estão a redução do tempo de análise dos pedidos de registo de marcas pelo INPI, de 10 meses para um, e a eliminação da obrigatoriedade de renovar o registo de marca de cinco em cinco anos. A nível de patentes, será criado uma forma provisória de registo, mais barata e com menos formalidades, para "incentivar a inovação".

A par do campo processual, o Ministério da Justiça prepara-se para reforçar a aplicação do lei no terreno, através da criação de um centro de arbitragem, medida prevista ainda para este semestre. "As empresas poderão resolver rapidamente litígios relacionados com registos de marcas e patentes", explica. O governante sublinha ainda a nova legislação e o "esforço notório" de combate à pirataria, por parte das autoridades de fiscalização.

Nova lei em vigor desde Abril "rompe com o passado"

Desde Abril, os direitos de propriedade intelectual têm um novo enquadramento legal. Por força da transposição de uma directiva europeia, o Código de Propriedade Industrial e o do Direito de Autor foram alterados, tendo sido reforçados os meios de combate à pirataria e as penalizações aplicadas aos infractores.

O advogado Manuel Lopes Rocha, coordenador do departamento de Propriedade Intelectual da sociedade PLMJ, entende que a nova lei é "justa", "muito positiva" e que "rompe com o passado". "Recolheu tudo

o que a directiva europeia trazia de bom", defende o advogado, destacando a possibilidade de acesso às contas de piratas em grande escala e de fazer arresto de contas e bens usados para o crime: "Vai mudar tudo em Portugal. É um instrumento que permite acabar com a anarquia, em que o pirata fica a ganhar".

O advogado sublinha também que "as indemnizações não vão ser o ridículo que eram". Com a lei anterior, explica, os lesados acabavam por pagar mais do que os prevaricadores, com o prejuízo que tinham e com o que gastavam em tribunal. E, no limite,

quem incorria em práticas ilícitas acabava apenas por pagar a licença que devia ter pago anos antes. "A partir de agora, o infractor paga tudo o que deve, as custas dos processos, o esforço que o lesado fez para combater a pirataria e pode também ficar sem parte dos lucros", explica.

Para Manuel Lopes Rocha, a nova lei teria de ser mais dissuasora, "caso contrário não valeria a pena". "O capital intelectual só investe onde se sente tranqüilo. Era um absurdo, com as leis que tínhamos, uma empresa ficava sem uma patente ou uma marca".



Secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira

MIGUEL A. LOPES / LUSA